

Despacho de Abertura de Investigação Penal

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores
Vara de Família e Menores de Lisboa

Juiz: Dr. António Ribeiro

Lisboa, 15 de março de 2024

1. Considerandos

1.1. Nos termos do artigo 30.º do Código de Processo Penal (CPP), a prática de crime de abuso sexual de menores, tipificado nos artigos 172.º e seguintes do Código Penal, autoriza a instauração de investigação criminal quando existam indícios suficientes de autoria ou materialidade.

1.2. No presente processo, foram apresentadas as seguintes alegações:

| Autor / Requerente | Menor | Representante legal |
|--------------------|-------|--|
| João Silva (menor) | – | Maria Silva, NIF 245 678 912, residente em Rua das Flores, 45, 1050-120 Lisboa |

| Réu / Requerido | NIF | Sede |
|------------------------------------|-------------|--|
| Associação Casa da Juventude, Lda. | 508 123 456 | Avenida da República, 112, 1050-200 Lisboa |
| Carlos Mendes (ex-diretor) | 223 456 789 | Rua da Liberdade, 78, 1200-345 Lisboa |

1.3. O Ministério Público, representado pelo Procurador da República, requereu a abertura de investigação penal, indicando a necessidade de produção de provas periciais, oitiva de testemunhas e a adoção de medidas de proteção ao menor João Silva.

1.4. O requerimento da parte autora, subscrito por Maria Silva, e o parecer do Ministério Público foram juntados aos autos em 12 de março de 2024 (fls. 45/48).

2. Fundamentação

2.1. **Da necessidade de investigação penal** – Os factos alegados configuram, em tese, crimes de abuso sexual de menores, bem como crime de violação de dever de vigilância (art. 173.º do Código Penal). A existência de indícios fundados, corroborados por declarações preliminares da vítima e por documentos internos da Associação, justifica a instauração de inquérito policial.

2.2. **Da proteção do menor** – Em conformidade com o artigo 20.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (Lei n.º 147/2012) e com o disposto no artigo 18.º do Código de Processo Penal, impõe-se a adoção de medidas cautelares de proteção ao menor, nomeadamente a sua permanência sob a guarda da mãe e a proibição de contacto do réu Carlos Mendes com o menor.

2.3. **Da competência** – A Vara de Família e Menores de Lisboa tem competência para autorizar a prática de atos de instrução penal quando coexistam processos cíveis e criminais, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alínea b), do Código de Processo Civil, e do artigo 2.º, n.º 1, alínea a), do CPP.

3. Decisão

3.1. Autoriza-se a abertura de investigação penal nos termos do presente despacho, ficando o Ministério Público a cargo de coordenar o inquérito policial, nos termos do artigo 39.º do CPP.

3.2. Nomeia-se perito oficial da área de psicologia forense, Dr.^a Ana Ribeiro (OA 11223), para a realização de avaliação psicológica da vítima João Silva, devendo o laudo ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias.

3.3. Determina-se a prática dos seguintes atos de instrução penal:

| Ato | Prazo | Responsável |
|--|---------|--|
| Oitiva da vítima João Silva | 20 dias | Polícia Judiciária – Secção de Crimes Sexuais |
| Oitiva da mãe, Maria Silva | 20 dias | Ministério Público |
| Oitiva de testemunhas indicadas (ex-funcionários da Associação) | 30 dias | Ministério Público |
| Requisição de documentos internos da Associação (registos de presença, relatórios de atividades) | 15 dias | Polícia Judiciária |
| Perícia informática (análise de e-mails e mensagens) | 25 dias | Perito oficial (Dr. Carlos Teixeira, OA 33445) |

3.4. Medidas de proteção ao menor:

- a) O menor João Silva permanecerá sob a guarda da mãe, Maria Silva, até decisão em contrário;
- b) Fica proibido ao réu Carlos Mendes, bem como a quaisquer representantes da Associação Casa da Juventude, Lda., manter qualquer contacto direto ou indireto com o menor, nos termos do artigo 173.º, n.º 2, do Código Penal;
- c) A Associação Casa da Juventude, Lda., deverá apresentar ao Juízo, no prazo de 10 dias, um plano de ação de prevenção e proteção de menores, sob pena de imposição de coima.

3.5. Comunicação: O presente despacho será notificado às partes, ao Ministério Público, à Polícia Judiciária e ao Defensor Público, nos termos do artigo 71.º do CPP.

4. Disposições finais

4.1. Os autos serão remetidos à Procuradoria-General da República para acompanhamento da investigação.

4.2. Fica o Ministério Público autorizado a requerer, em caso de necessidade, a prática de medidas de coação (prisão preventiva ou outra) nos termos dos artigos 41.º e 44.º do CPP.

4.3. Este despacho entra em vigor na data da sua assinatura, devendo ser cumprido integralmente.

Assinatura:

Dr. António Ribeiro
Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

Cópia:

- Ministério Público – Procuradoria-General da República
- Polícia Judiciária – Secção de Crimes Sexuais

- Defensor Público – Unidade de Proteção de Menores
- Parte Autora (Maria Silva)
- Parte Ré (Associação Casa da Juventude, Lda. e Carlos Mendes)